



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Centro Oeste - Núcleo de Apoio Regional de Oliveira

Parecer nº 69/IEF/NAR OLIVEIRA/2023

PROCESSO Nº 2100.01.0011951/2023-48

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Prefeitura de Pedra do Indaiá	CPF/CNPJ: 18.308.759.0001-00
Endereço: Av. Primeiro de Março	Bairro:
Município: Pedra do Indaiá	UF: MG
CEP: 35.565.000	
Telefone: 37 3344 11 12	E-mail: secretariademeioambiente@pedradoindaia.mg.gov.br

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

() Sim, ir para o item 3 (x) Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: Alexandre Rezende Ferreira da Costa	CPF/CNPJ: 717.958.556-49
Endereço: Rua Maranhão 976 Cs	Bairro: Sidil
Município: Divinópolis	UF: MG
CEP: 35.500.029	
Telefone: 37 9 9982 3644	E-mail:

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda Jaboticaba II	Área Total (ha): 125,3668
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 23307 Livro: 2- RG Folha: 01 Comarca: Santo Antônio do Monte	Município/UF: Pedra do Indaiá/MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): CAR, quando cabível: MG-3148905-86CC.E11E.925C.4DB0.95F2.54E7.3CF3.284F	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	0,0110	ha

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	0,0110	ha	23K	478506	7760871

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
-----------------------	---------------	-----------

Passagem de tubulação		0,0110

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Mata Atlântica	Estágio inicial (sem supressão)		0,0110

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
xxx		xxx	
xxx		xxx	

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 03 de maio de 2023

Data da vistoria remota: 04/05/2023

Data de solicitação de informações complementares: 04 de maio de 2023

Data do recebimento de informações complementares: 30 de junho de 2023

Data de emissão do parecer técnico: 03 de julho de 2023

2. OBJETIVO

Trata-se de imóvel no município de Pedra do Indaiá denominado Fazenda Jaboticaba II, matrícula 23307 Livro: 2-RG Folha: 01 Comarca: Santo Antônio do Monte, com objetivo de regularização de Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em área de preservação permanente – APP - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO para passagem de tubulação em área de 0,0110 hectare.

Propriedade de Alexandre Rezende Ferreira da Costa, CPF 717.958.556-49.

Imóvel pertence ao bioma mata atlântica e bacia do Rio São Francisco.

O requerente (Prefeitura Pedra do Indaiá) recebeu auto de infração 234387/2021 emitido pela SUPRAM conforme consta entre os documentos do processo por intervenção em APP devido a instalação de tubulação sobre a APP em direção ao curso d'água.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

Trata-se de imóvel do bioma Mata Atlântica no município de Pedra do Indaiá denominado Fazenda Jaboticaba II, matrícula 23307 Livro: 2-RG Folha: 01 Comarca: Santo Antônio do Monte com objetivo de regularização de Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em área de preservação permanente – APP - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO em área de 0,0110 hectare.

A área total da propriedade é 125,3668 hectares ou 4,18 módulos e pertence a Alexandre Rezende Ferreira da Costa, CPF 717.958.556-49. Conforme documento 64026731 o proprietário ofereceu anuência para construção da ETE.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3148905-86CCE11E925C4DB095F254E73CF3284F

- Área total: 125,37 ha

- Área de reserva legal: 25,15 ha

- Área de preservação permanente: 16,41 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 61,00 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

(x) A área está preservada: 25,15 ha

() A área está em recuperação: xxxxx ha

() A área deverá ser recuperada: xxxxx ha

- Formalização da reserva legal:

(x) Proposta no CAR () Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento:

matrícula 23307 Livro: 2-RG Folha: 01

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(x) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 02

- Parecer sobre o CAR:

Considerando que não houve supressão de vegetação nativa, considerando que o objetivo é a passagem de tubulação de ETE, o parecer sobre a reserva legal é dispensado conforme legislação atual.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

A área requerida é de 0,0110 hectare de vegetação nativa, porém não houve supressão de vegetação nativa para a passagem de tubulação conforme requerimento e projeto técnico.

A área requerida de intervenção em APP para passagem da tubulação encontra-se demarcada no mapa em PDF 68798283.

Taxa de Expediente: R\$734,63 07/07/2022

Taxa florestal: sem rendimento lenhoso

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: baixa

- Prioridade para conservação da flora: não se aplica

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: não se aplica

- Unidade de conservação: não há

- Áreas indígenas ou quilombolas: não há

- Outras restrições: não observadas

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO - E-03-06-9

- Atividades licenciadas: ETE

- Classe do empreendimento: 2

- Critério locacional: 0

- Modalidade de licenciamento: LAS/RAS

- Número do documento: AAF 02933/ 2017

4.3 Vistoria realizada:

Foi realizada vistoria remota conforme anexo 65283020. De acordo com planta topográfica anexada ao processo, bem como com o recibo de inscrição do imóvel rural no CAR e baseado na análise da documentação anexada ao requerimento com o subsídio das imagens do software Google Earth, Plataforma Web SCCON, IDE Sisema e Cadastro Ambiental Rural, conclui-se pela possibilidade da vistoria remota, sem prejuízo para a decisão do processo conforme as razões expostas em parecer técnico.

A área de intervenção apresenta-se em vegetação nativa à margem de curso d'água. A intervenção já foi realizada e esta autorização é corretiva. O objetivo é regularizar intervenção realizada para a passagem de tubulação em área de preservação permanente sem supressão de vegetação nativa para lançamento de esgoto tratado pela ETE em curso d'água.

4.3.1 Características físicas:

- Topografia: suave ondulado

- Hidrografia: bacia hidrográfica do Rio Pará (afluente da Bacia do Rio São Francisco)

4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: bioma mata atlântica, não haverá supressão de vegetação nativa conforme requerimento.

- Fauna: não informado em estudos considerando que não haverá supressão de vegetação nativa.

4.4 Alternativa técnica e locacional:

Considerando que a ETE já está instalada desde 2011 (fora da APP), a justificativa de inexistência de alternativa técnica locacional apresentada ao processo é satisfatória. A tubulação passa por área na qual não foi necessária a supressão de vegetação nativa e percorrendo a menor distância possível e observando a declividade do terreno.

5. ANÁLISE TÉCNICA

Trata-se de regularização de intervenção ambiental relacionada a instalação de tubulação em uma área 0,0110 hectare de preservação permanente de curso d'água com a finalidade de lançamento de esgoto tratado ou efluente tratado.

A regularização da intervenção foi solicitada pela prefeitura de Pedra do Indaiá, devido a construção de uma ETE - Estação de Tratamento de Esgoto. Conforme mapa a ETE está fora da área de preservação permanente, apenas a tubulação passa pela área de preservação permanente. A ETE opera desde o ano de 2011 e obteve conforme documentos e Projeto de Intervenção, autorização de funcionamento. Apenas a tubulação deverá permanecer em área de preservação permanente devido a ausência de alternativa locacional.

A faixa para a passagem da tubulação corresponde a aproximadamente 100 metros em área de preservação permanente. Conforme vistoria remota através de imagens de satélite não foi possível verificar supressão de vegetação nativa.

Conforme o estudo de inexistência de alternativa locacional '*O local em questão foi escolhido para a passagem da tubulação da Estação de Tratamento de esgoto (ETE) por ser o local que causaria o menor impacto ambiental, tendo em vista que não foi necessária supressão de vegetação nativa e a declividade do terreno era propícia*'.

Considerando que a ETE já está instalada a justificativa de inexistência de alternativa locacional é satisfatória.

Esta regularização de intervenção ambiental é apenas para a passagem da tubulação e não faz referência

ao controle de qualidade do esgoto tratado ou volume. O responsável pelo empreendimento ETE deverá fazer o controle e manutenção das instalações da ETE com objetivo de manter que o efluente lançado no curso d'água esteja dentro de parâmetros legais conforme licenciamento.

A medida de compensação corresponde ao plantio de árvores nativas em área equivalente a de intervenção em imóvel que pertence a Prefeitura.

Conforme projeto apresentado: '*A área a ser recomposta faz parte da mesma bacia hidrográfica, sendo uma faixa estreita de 110,15 m², coordenadas geográficas 20°15'8.80"S e 45°12'29.99"O. As espécies a serem escolhidas para o plantio, serão semelhantes as nativas já presentes nas matas ciliares da região. Espécies propostas: Aroeira, Cedro, Sangra d'água, Ingá, Jenipapo, Jacarandá.*'

O plantio deverá observar o cronograma apresentado ao processo até o pleno desenvolvimento das árvores. Deverá ser apresentado relatório comprovando o plantio e o desenvolvimento das árvores conforme quadro de condicionantes deste parecer.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

A intervenção já ocorreu portanto não foram apresentadas medidas mitigadoras para a intervenção.

6. CONTROLE PROCESSUAL

[Espaço destinado para o controle processual do processo.]

Fica dispensado, a critério do supervisor, o controle processual para os seguintes processos de intervenção ambiental:

- *Todos os processos de corte de árvores isoladas;*
- *Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP;*
- *Aproveitamento de material lenhoso.*

7. CONCLUSÃO

*“Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO** do requerimento de Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP área de 0,0110 ha, localizada na propriedade Fazenda Jaboticaba II”*

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

“Executar o Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF – apresentado anexo ao processo, em área de 110,15 m², tendo como coordenadas de referência 20°15'8.80"S e 45°12'29.99"O, na modalidade plantio de árvores nativas, nos prazos estabelecidos no quadro de condicionantes.”

8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Sem supressão de vegetação nativa.

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

() Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

() Formação de florestas, próprias ou fomentadas

() Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

Cronograma conforme proposto no projeto 68798284.

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Apresentar relatório após a implantação do projeto indicando as espécies e o número de mudas plantadas, tratos silviculturais adotados e demais informações pertinentes. Acrescentar anexo fotográfico. Caso o responsável técnico pela execução do PTRF seja diferente do responsável técnico pela elaboração do mesmo, apresentar junto a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	máximo ano
2	Apresentar relatórios anuais com anexo fotográfico para avaliação da situação do plantio. Informar quais os tratos silviculturais adotados no período e a necessidade de intervenção no plantio.	até 2027 ou até a conclusão da implantação do PTRF
3		
4		
...		

** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (x) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Sirlene Aparecida de Souza

MA SP: 1.045.122-7

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome:

MA SP:



Documento assinado eletronicamente por **Sirlene Aparecida de Souza**, Servidora Pública, em 04/07/2023, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **68820004** e o código CRC **913A198F**.